

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

APROVA AS RECOMENDAÇÕES FINAIS  
CONSTANTES DO RELATÓRIO DA COMISSÃO  
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
INSTAURADA PARA APURAÇÃO DAS  
IRREGULARIDADES RELACIONADAS À  
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA REFERENTE À  
REQUALIFICAÇÃO URBANA E EXPLORAÇÃO  
DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO  
MUNICÍPIO DE CUIABÁ, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

***A Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e o(a) Presidente, no uso das atribuições previstas no inciso IV do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, promulga o seguinte Decreto Legislativo:***

Art. 1º Ficam aprovadas as recomendações constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar irregularidades no contrato de Parceria Público-Privada referente ao estacionamento rotativo e ao novo Mercado Municipal.

Art. 2º Fica determinado o encaminhamento de cópia integral do Relatório Final da CPI do Estacionamento Rotativo, com todos os seus anexos, ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso e ao Tribunal de Contas, para apuração das condutas identificadas como potenciais atos de improbidade administrativa e crime de falso testemunho.

Art. 3º Fica recomendado ao Poder Executivo Municipal proceder, com a devida urgência e observância do interesse público, à revisão das cláusulas contratuais firmadas no âmbito da Parceria Público-Privada (PPP) concernente ao projeto de requalificação urbana e exploração do estacionamento rotativo, de modo a garantir vantajosidade ao Município de Cuiabá, com avaliação jurídica e técnica de possível rescisão do contrato firmado com a empresa CS Mobi.

Parágrafo Único. Recomenda-se ainda:

- I – a revisão dos valores de locação e encargos dos permissionários;
- II – a proporcionalidade da contraprestação pública;
- III – a sustentabilidade econômico-financeira do contrato;
- IV – o cumprimento das obrigações sociais e urbanísticas pactuadas;
- V – a ampliação e clareza das funcionalidades do aplicativo de gestão do estacionamento rotativo;
- VI – a readequação das vagas implantadas, mediante comissão técnica sob coordenação da SEMOB;
- VII – a previsão de isenção total e irrestrita para idosos e pessoas com deficiência, em qualquer vaga de estacionamento;



VIII – a análise de possível nulidade do 1º Termo Aditivo que vinculou o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como garantia contratual;

IX – a instituição de cobrança fracionada no estacionamento rotativo;

X – o aditamento do contrato de concessão, ampliando as obras de requalificação no centro histórico, contemplando os calçadões das ruas Ricardo Franco, Galdino Pimentel e Cândido Mariano;

XI – que as notificações de infração no estacionamento rotativo enviadas pela concessionária CS Mobi à SEMOB contenham registro fotográfico da placa do veículo. Após o recebimento, a SEMOB deverá encaminhar notificação de auto de infração aos condutores, com o devido registro fotográfico constando a placa do veículo.

Art. 4º Fica recomendado ao Poder Executivo instituir critérios objetivos, transparentes e justos para a reocupação dos espaços públicos pelos permissionários históricos do Mercado Municipal, assegurando prioridade, modicidade nos custos e publicidade do processo.

Art. 5º Fica recomendado ao Poder Executivo implementar medidas de acessibilidade digital e inclusão no aplicativo do estacionamento rotativo, bem como a criação de pontos físicos de pagamento em estabelecimentos credenciados.

Art. 6º Fica recomendado ao Poder Executivo incluir no contrato de concessão a criação de uma Ouvidoria Multicanal, com obrigação de emissão de relatórios periódicos de atendimento e acesso público.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir cartão de isenção de pagamento no estacionamento rotativo para moradores da região central, mediante sistema de credenciamento próprio.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a ampliação do tempo de tolerância do estacionamento rotativo, de 10 (dez) para 15 (quinze) minutos.

Art. 9º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), Excelentíssimos Senhores Membros das Comissões Temáticas Pertinentes, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras deste Soberano Plenário.

O presente Decreto Legislativo é resultado prático da apuração realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Estacionamento Rotativo, que trouxe em sua conclusão diversas recomendações e encaminhamentos a entidades externas à Câmara Municipal.

Diante do exposto, requer-se e aguarda-se que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e as demais comissões temáticas deste Parlamento exarem pareceres favoráveis à aprovação da matéria.

Conclama-se, ainda, aos nobres Vereadores e Vereadoras desta Casa que deem especial atenção a este Projeto de Decreto Legislativo, por se tratar de iniciativa de relevante interesse público.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 14 de outubro de 2025

**Ranalli. - PL**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3400380038003400340036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**Vereador(a)**

**Dilemário Alencar (Câmara Digital) - UNIÃO BRASIL, Maysa Leão (Câmara Digital) - REPUBLICANOS**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3400380038003400340036003A005000, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil.

